

# OS ERROS FATAIS DO SOCIALISMO



**F. A. HAYEK**

Tradução:  
Eduardo Levy

 **FARO  
EDITORIAL**

*Liberdade ou autonomia não é, como a origem das palavras talvez pareça sugerir, isenção de todas as restrições, mas antes a aplicação mais efetiva de todas as restrições justas a todos os membros da sociedade, sejam governantes ou súditos.*

ADAM FERGUSON

*As regras de moralidade não são produto de conclusões da nossa razão.*

DAVID HUME

*Como é possível que instituições que servem ao bem-estar comum e são importantíssimas para o desenvolvimento dele tomem forma sem uma vontade comum orientada a instituí-las?*

CARL MENGER

# Sobre o autor

## **F. A. HAYEK ESTUDOU NA UNIVERSIDADE DE VIENA, ONDE**

se doutorou tanto em Direito quanto em Ciência Política. Após vários anos no serviço público austríaco, foi nomeado o primeiro diretor do Instituto Austríaco para Pesquisas dos Ciclos Econômicos. Em 1931, foi nomeado Tooke Professor de Economia e Estatística na London School of Economics e, em 1950, tornou-se professor de Ciências Sociais e Morais na University of Chicago. Retornou à Europa em 1962 para assumir a cátedra de Economia na Universidade de Freiburg, da qual se tornou professor emérito em 1967.

Dignificado com numerosos títulos de doutor *honoris causa* e membro da Academia Britânica, Hayek foi agraciado com o Prêmio Memorial Nobel de Economia em 1974. Tornou-se membro da Ordem dos Companheiros de Honra em 1984. É autor de cerca de 15 livros, entre os quais *Prices and Production* [Preços e produção], *The Pure Theory of Capital* [A teoria pura do capital], *O caminho da servidão*, *The Counter-Revolution of Science* [A contrarrevolução da ciência], *The Sensory Order* [A ordem sensorial], *The Constitution of Liberty* [Constituição da liberdade] e *Law, Legislation and Liberty* [Lei, legislação e liberdade]. Hayek morreu em 1992.

Seu editor, o professor W. W. Bartley III, foi membro da Hoover Institution da Stanford University até sua morte, em 1990.

# Prefácio

## **ADOTEI PARA ESTE LIVRO DUAS REGRAS. NÃO DEVERIA**

haver notas de rodapé e todos os argumentos que, embora não essenciais às principais conclusões da obra, fossem de interesse para o especialista, ou mesmo essenciais para ele, deveriam ser agrupados em apêndices ou impressos em fonte menor para informar ao leitor comum que pode pulá-los sem perder fundamentos de que as conclusões dependem.

As referências a obras mencionadas ou citadas são, assim, indicadas em geral por breves declarações entre parêntesis do nome do autor (quando não ficar claro pelo contexto) e da data da obra, seguidas pela numeração de páginas quando necessário. Estas se referem à lista de autoridades relacionadas ao final do livro. Quando foi usada uma edição posterior de alguma obra, indicou-se o fato pela última das datas fornecidas na forma 1786/1973, na qual a primeira data se refere à edição original.

Ainda que se listassem todas as obras a partir das quais se adquiriu o próprio conhecimento e as próprias opiniões, seria impossível especificar todas as obrigações em que se incorreu no curso de uma longa vida de estudos e, ainda mais impossível, listar em uma bibliografia todas as obras que se sabe que se deveria ter estudado para alegar competência em um campo tão amplo quanto aquele com o qual lida a presente obra. Tampouco posso ter esperanças de listar todas as obrigações pessoais em que

incorri durante os muitos anos em que meus esforços se dirigiram ao que era fundamentalmente o mesmo objetivo. Desejo, porém, expressar minha profunda gratidão a Charlotte Cubitt, que trabalhou como minha assistente durante a preparação deste livro e sem cujo auxílio dedicado ele jamais teria sido concluído; e também ao professor W. W. Bartley III, da Hoover Institution, Stanford University, que — quando estive adoentado por um período, pouco antes da conclusão do esboço final — tomou este volume em mãos e o preparou para edição.

F. A. Hayek  
Freiburg im Breisgau  
Abril de 1988

INTRODUÇÃO

# O socialismo foi um erro?



A ideia de socialismo é a um tempo grandiosa e simples. ... Podemos dizer, em verdade, que é uma das mais ambiciosas criações do espírito humano ... tão magnífica, tão ousada, que incitou, com motivo, a maior das admirações. Se quisermos salvar o mundo da barbárie, não podemos dispensá-lo com negligência, mas precisamos refutá-lo.

LUDWIG VON MISES

## **ESTE LIVRO ARGUMENTA QUE A NOSSA CIVILIZAÇÃO É**

dependente, não apenas na sua origem mas também na sua preservação, do que só pode ser definido precisamente como a ordem ampliada da cooperação humana, ordem esta que se costuma conhecer pelo nome — algo errôneo — de capitalismo. Para compreender nossa civilização, é necessário reconhecer que a ordem ampliada não foi resultado de desígnio nem de intenção humana, mas nasceu espontaneamente: da conformidade involuntária a certas práticas tradicionais e, acima de tudo, *morais*, muitas das quais as pessoas tendem a achar desagradáveis, cuja importância em geral não conseguem compreender, cuja validade não são capazes de comprovar e que, entretanto, difundiram-se rápido por meio da seleção evolutiva — o aumento comparativo da população e da riqueza — dos grupos que por acaso as seguiram. A adoção inadvertida, relutante, mesmo dolorosa dessas práticas manteve esses grupos unidos, aumentou seu acesso a informações valiosas de toda espécie e lhes permitiu cumprir a ordem de “Frutificai e multiplicai-vos, e enchei a terra, e sujeitai-a” (Gênesis 1:28). Esse processo talvez seja a faceta mais negligenciada da evolução humana.

Os socialistas, porém, veem essas questões de uma perspectiva diferente. Eles não apenas divergem em suas conclusões como enxergam os fatos de maneira diversa. Que estão errados *quanto aos fatos* é crucial para o meu argumento, como se explicará nas páginas que se seguem. Estou disposto a admitir que se a análise socialista do funcionamento da ordem econômica existente e de possíveis alternativas a ela estivesse factualmente correta, nós teríamos a obrigação de garantir que a distribuição de renda se conformasse a certos princípios morais e de admitir que ela só seria possível mediante a concessão a uma autoridade central do poder de dirigir o uso dos recursos disponíveis, e poderíamos pressupor a abolição da propriedade individual dos meios de produção. Se, por exemplo, fosse verdade que o controle central dos meios de produção é capaz de obter um produto coletivo de magnitude pelo menos similar àquela do que produzimos agora, provar-se-ia, de fato, um grande problema moral determinar como seria possível fazer isso com justiça. Essa, porém, não é a situação em que nos encontramos. Pois não há nenhum outro meio conhecido, além da distribuição de produtos em um mercado competitivo, de informar aos indivíduos a que direção seus vários esforços devem se dirigir de modo a contribuir o máximo possível para o produto final.

O ponto central do meu argumento é, pois, que o conflito entre os defensores da ordem humana ampliada espontânea criada por um mercado competitivo, de um lado, e aqueles que exigem uma organização deliberada da interação humana pela autoridade central baseada no controle coletivo dos recursos disponíveis, de outro, deve-se a um erro factual dos últimos a respeito de como o conhecimento desses recursos é e pode ser gerado e utilizado. Como questão de fato, esse conflito deve ser solucionado pela pesquisa científica. Esta mostra que, ao obedecer às tradições morais geradas de forma espontânea que subjazem à ordem do mercado competitivo (tradições que não satisfazem os cânones ou as normas de racionalidade abraçados pela maioria dos socialistas), nós geramos e acumulamos mais conhecimento e riqueza do que jamais seria possível obter ou utilizar em uma economia de controle central cujos adeptos alegam proceder tão só de acordo com a “razão”. Assim, é impossível, com efeito, alcançar os objetivos e executar os programas socialistas; e também acontece que eles são, como que de brinde, logicamente impossíveis.

Essa é a razão por que, ao contrário do que se costuma afirmar, não se trata apenas de um tema de diferentes interesses ou juízos de valor. Aliás, a questão de como o homem veio a adotar certos valores ou normas — e do efeito que estes tiveram na evolução da civilização —, antes de tudo factual, está no âmago deste livro e sua resposta é esboçada nos seus três primeiros capítulos. As reivindicações do socialismo não são conclusões morais derivadas das tradições que constituíram a ordem ampliada e tornaram a civilização possível. Antes, elas se empenham em derrubar essas tradições e trocá-las por um sistema moral planejado racionalmente, cuja atração depende do apelo instintivo das consequências que promete. Elas supõem que, uma vez que as pessoas foram capazes de *gerar* um sistema de regras coordenando seus esforços, elas devem ser capazes também de *elaborar* um sistema ainda melhor e mais gratificante. Mas se a espécie humana deve sua existência mesma a uma forma específica de conduta baseada em regras de eficácia comprovada, ela simplesmente não tem a opção de escolher outra apenas em prol da agradabilidade aparente dos seus efeitos imediatos visíveis. A disputa entre a ordem do mercado e o socialismo não é nada menos que uma questão de sobrevivência. Seguir a moralidade socialista destruiria grande parte da humanidade presente e empobreceria o resto.

Tudo isso levanta um ponto importante a respeito do qual quero ser explícito desde o início. Embora eu ataque a *presunção* de razão por parte dos socialistas, meu argumento não se dirige de maneira alguma contra o uso correto da razão. Por “uso correto da razão”, quero dizer razão que reconhece as próprias limitações e, aprendendo ela mesmo com a razão, enfrenta as implicações do espantoso fato, revelado pela economia e pela biologia, de que a ordem gerada sem desígnio pode superar de longe os planos que os homens tramam de maneira consciente. Como, afinal, eu poderia atacar a razão em um livro que argumenta que o socialismo é factual e mesmo logicamente indefensável? Tampouco contesto que a razão possa ser, com cautela e humildade, e pouco a pouco, direcionada ao exame, à crítica e à rejeição das instituições tradicionais e dos princípios morais. Este livro, assim como alguns dos meus estudos anteriores, dirige-se contra as normas tradicionais da razão que pautam o socialismo: normas que, acredito, encarnam uma teoria da racionalidade ingênua e



acrítica e uma metodologia obsoleta e anticientífica que chamei em outro lugar de “racionalismo construtivista” (1973).

Assim, não desejo negar à razão o poder de melhorar normas e instituições nem insistir que ela é incapaz de reestruturar todo o nosso sistema moral na direção daquilo que hoje costuma ser concebido como “justiça social”. Só podemos fazê-lo, porém, esquadrinhando todas as partes de um sistema de costumes morais. Se esta moralidade finge ser capaz de fazer algo que não é possível que faça — por exemplo, desempenhar a função de gerar e organizar conhecimento que é impossível de acordo com suas próprias regras e normas —, então essa impossibilidade mesma fornece uma crítica racional decisiva desse sistema moral. É importante enfrentar essas consequências, pois a ideia de que, em última análise, todo o debate é uma questão de juízos de valor, e não de fatos, impede os estudiosos profissionais da ordem de mercado de enfatizar com a força necessária que é impossível ao socialismo fazer o que promete.

Tampouco sugere meu argumento que não compartilho de alguns valores extensamente sustentados pelos socialistas; mas eu não acredito, como mostrarei a seguir, que a ideia amplamente aceita de “justiça social” descreva um estado de coisas possível, nem que tenha algum significado. Também não creio que possamos, como recomendam alguns proponentes da ética hedonista, tomar decisões morais considerando apenas a maior gratificação imediata.

O ponto de partida dos meus esforços poderia ser a lição de David Hume de que “as regras de moralidade ... não são produto de conclusões da nossa razão” (*Treatise of Human Nature* [*Tratado da natureza humana*], 1739/1886:11:235). Essa lição desempenhará papel central neste livro, pois elabora a questão fundamental a que ele tenta responder — que é *como emerge a nossa moralidade e que implicações seu modo de tomar forma podem ter para a nossa vida econômica e política?*

A asserção de que somos compelidos a preservar o capitalismo por causa da sua capacidade superior de utilizar conhecimento disperso levanta a questão de como viemos a alcançar uma ordem econômica tão insubstituível — sobretudo diante da afirmação que fiz de que poderosos impulsos instintivos e racionalistas se rebelam contra a moral e as instituições que o capitalismo requer.

A resposta a essa pergunta, esboçada nos três primeiros capítulos, erige-se sobre a lição antiga e bem conhecida no pensamento econômico de que os nossos valores e as nossas instituições não são meras consequências de causas prévias, mas parte de um processo inconsciente de auto-organização de uma estrutura ou modelo. E isso não se limita apenas à economia, mas a um vasto campo — como é sabido hoje nas ciências biológicas, por exemplo. Essa lição foi apenas a primeira de uma crescente família de teorias que explicam a formação de estruturas complexas em função dos processos que transcendem nossa capacidade de observar todas as diversas circunstâncias que operam na determinação de suas manifestações específicas. Quando comecei minha obra, senti que trabalhava praticamente sozinho no estudo da formação evolutiva dessas ordens autossustentáveis altamente complexas. No meio-tempo, as pesquisas sobre esse tipo de problema — sob vários nomes, como autopoiese, cibernética, homeostase, ordem espontânea, auto-organização, sinérgica, teoria de sistemas e assim por diante — tornaram-se tão numerosas que só fui capaz de estudar a fundo algumas delas. Este livro torna-se, assim, afluyente de um fluxo crescente que, creio eu, leva ao desenvolvimento gradativo de uma ética evolutiva (mas com certeza não apenas neodarwinista) paralela e suplementar ao desenvolvimento já bastante avançado da epistemologia evolutiva, embora bastante distinta dela.

Apesar de o livro levantar, desse modo, algumas complicadas questões filosóficas e científicas, sua principal tarefa continua a ser demonstrar que um dos movimentos políticos mais influentes do nosso tempo — o socialismo — baseia-se em premissas demonstravelmente falsas e, embora inspirado por boas intenções e desenvolvido por alguns dos mais inteligentes representantes do nosso tempo, ameaça o padrão de vida e a vida mesma de uma grande parcela da população existente. Argumenta-se nesse sentido do capítulo 4 ao 6, nos quais examino e refuto as contestações dos socialistas à descrição do desenvolvimento e da manutenção de nossa civilização apresentada nos três primeiros capítulos. No capítulo 7, volto-me à nossa linguagem para mostrar que foi corrompida pela influência socialista e que devemos ter cuidado para evitar que ela nos seduza a pensar de maneira socialista. No capítulo 8, considero uma

objeção que pode ser levantada não apenas pelos socialistas, mas também por outros, a saber, que a explosão populacional enfraquece meu argumento. Por fim, no capítulo 9, faço algumas observações breves a respeito do papel da religião no desenvolvimento das nossas tradições morais.

Como a teoria evolutiva desempenha um papel tão essencial neste livro, devo ressaltar que um dos acontecimentos promissores dos últimos anos, que levou à melhoria da compreensão do crescimento e da função do conhecimento (Popper, 1934/1959), bem como das ordens complexas e espontâneas (Hayek, 1964, 1973, 1976, 1979) de vários tipos, foi o desenvolvimento da epistemologia evolutiva (Campbell, 1977, 1987; Radnitzky & Bartley, 1987), uma teoria do conhecimento que entende a razão e seus produtos como resultados da evolução. Neste livro, eu me dirijo a um conjunto de problemas correlatos que, embora de grande importância, permanecem largamente negligenciados.

Isto é, eu sugiro que precisamos não apenas de uma epistemologia evolutiva, mas também de uma descrição evolutiva das tradições morais que tenha um caráter bastante diferente daquela disponível até o momento. É claro que as regras tradicionais da interação humana, depois da linguagem, do direito, dos mercados e do dinheiro, foram os campos em que o pensamento evolutivo se originou. A ética é a última fortaleza à qual o orgulho humano deve agora se curvar em reconhecimento a suas origens. Tal teoria evolucionária da moralidade está, de fato, emergindo e sua lição essencial é que a nossa moralidade não é nem instintiva nem criação da razão, mas constitui uma tradição separada — *entre* o instinto e a razão, como indica o título do primeiro capítulo —, uma tradição que tem importância imensa por permitir que nos adaptemos a problemas e circunstâncias que ultrapassam muito a nossa capacidade racional. Nossas tradições morais, assim como muitos outros aspectos da nossa cultura, desenvolveram-se concomitantemente à razão, não como produto dela. Por mais surpreendente e paradoxal que possa parecer a alguns dizer isto, essas tradições morais excedem as capacidades da razão.

CONHEÇA TAMBÉM:



## UMA OBRA CLÁSSICA PARA VOCÊ ENTENDER O BRASIL DE HOJE!

Este livro foi escrito num período da história em que algumas das mais proeminentes nações do mundo experimentavam visões de governo próximas às socialistas, que na teoria prometiam igualdade e prosperidade, mas, na prática, resultaram no exato oposto.

Frédéric Bastiat conseguiu antever toda a sorte de equívocos que aquelas visões carregavam e criou este manifesto para desmascarar aqueles que defendem a ideia de dar mais poder ao Estado: os intervencionistas, os planejadores, os protecionistas e os socialistas.

*A Lei - Por que a esquerda não funciona?* traz uma reflexão prática sobre ideias de filósofos e outros pensadores acerca da política e da vida em sociedade, dentre eles John Locke e Adam Smith, e trata de temas como liberdade, direito à propriedade, espoliação, igualdade, livre iniciativa, impostos, democracia, sufrágio universal, autoritarismo e tantos outros que ainda provocam debates acalorados.

Passados mais de 150 anos desde que foi publicado, este livro teve o melhor destino que um livro teórico pode alcançar: a prática provou que seu autor estava certo, num grau muito superior ao que poderia imaginar.

NESTA EDIÇÃO ESTÃO INCLuíDOS COMENTÁRIOS E ANÁLISES QUE RELACIONAM O TEMA À LEGISLAÇÃO E À HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL CONTEMPORÂNEO.



## HÁ UMA CONSPIRAÇÃO MUNDIAL E ELA NÃO É SECRETA. ESTÁ DIANTE DE NOSSOS OLHOS. AQUI, OS AUTORES APRESENTAM OS FATOS.

Sempre ouvimos teorias sobre conspirações guiando o mundo, comandadas pelo *establishment* político, ditadas por sociedades secretas, confrarias, religiões e organizações à sombra do Estado. No entanto, nunca nos apresentam provas nem documentos que atestem a real existências das tramas.

Este livro mostra que, além de existirem, não se trata de algo secreto nem discreto, mas de uma guerra aberta, declarada e constante, que nos distrai com sua tática de colocar socialistas contra liberais, esquerda contra direita, capitalismo vs comunismo. Fomos divididos em torcidas de uma falsa disputa e os que realmente vencem nem precisam entrar em campo, sempre estiveram juntos em um terceiro lado, que não estava disputando nada, apenas nos ocupando enquanto mantinham o poder.

São os grandes banqueiros e elites globais que dirigem o mundo. Não à toa eles se vendem como socialistas, benevolentes e altruístas, há método nisso tudo: decidem as opções que você tem para votar, em que causas acredita, quais alimentos são saudáveis e o que deve consumir em todos os aspectos: bens móveis, imóveis e culturais.

Famílias como Rockefeller, Morgans, Rothschilds e grupos como Bildeberg, Frankfurt e outros super-ricos são os personagens daqui, sempre ligados a figuras como Lênin, Trótski, Mao Tsé-Tung, Hitler, Karl Marx e tantos outros. Com as revelações apresentadas, pode-se decidir, com mais consciência, de quais causas, movimentos e ideais realmente vale a pena participar.

**ASSINE NOSSA NEWSLETTER E RECEBA  
INFORMAÇÕES DE TODOS OS LANÇAMENTOS**

**[www.faroeditorial.com.br](http://www.faroeditorial.com.br)**



ESTA OBRA FOI IMPRESSA PELA  
SERMOGRAF EM JUNHO DE 2017